

A globalização e as ciências sociais

Vânia de Vasconcelos Gico – UFRN

José Willington Germano – UFRN

Lenina Lopes Soares Silva – UFRN

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

O livro “*A Globalização e as Ciências Sociais*” é o primeiro de uma coleção de oito volumes¹. A coleção contempla os resultados de uma pesquisa desenvolvida entre 1996 e 2000, dirigida pelo Professor Boaventura de Souza Santos, organizador dessa obra, no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal.

O prefácio à edição brasileira, de autoria do Professor Boaventura de Souza Santos nos chama a atenção para o conteúdo da obra e para o quadro teórico com o qual nos depararemos ao longo da leitura.

No capítulo 1, “*Os processos de globalização*”, Boaventura de Souza Santos discute o que vem ocorrendo em escala mundial nas três últimas décadas e explica como a economia mundial tem sido dominada pelas idéias falseadas de abertura irrestrita dos mercados mundiais através da priorização das exportações; da redução inflacionária (por políticas monetárias e fiscais); de privatizações (para que ocorra uma regulação mínima do Estado), de acordo com as determinações neoliberais. Observa que a globalização trouxe ao cenário mundial uma nova forma de organização institucional, agora transnacional, e com ela uma nova classe capitalista, que, por deter um terço do produto industrial mundial, por si só já conduz às desigualdades existentes em todo o mundo. Defende que o período atual é transitório, complexo, indefinido, pois promove nas sociedades semiperiféricas e periféricas, um modelo de desen-

volvimento social caótico, cujas trocas e diferenças sociais são desiguais e excludentes, concluindo que não há globalização, mas sim globalizações como formas alternativas de um mesmo processo que vem se expandido em escala mundial.

José dos Reis, no capítulo 2, “*A Globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos*” fazem uma análise do processo de globalização objetivando redesenhá-lo em dois outros universos: o da não-globalização (com dois aspectos: o da exclusão e o do conjunto de práticas e iniciativas); e o das trajetórias-inesperadas, produzidos em contextos sociais diversos. Verifica dessa maneira, que as territorializações e seus fundamentos vão além das contextualizações do funcionamento econômico, atuando como progressiva internacionalização do dinheiro e dos mercados de capital sem descartar outros fatores como: a formação de competências humanas, o conhecimento e a aprendizagem. Sendo esses, recursos do território, portanto, fatores de localização prevalentes na busca de ancoragem das empresas transnacionais para ter assegurada à solidez necessária para o mercado globalizado. Redesenha, assim, o conceito de globalização em sua dimensão social num novo/velho mapa do mundo, confirmando que é possível pensar as sociedades e suas formações como fontes dinâmicas de vida, sem formatações apriorísticas e a-históricas.

No capítulo 3, “*A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal*”, Maria Ioannis Baganha aborda a questão dos movimentos migratórios in-

¹ Conforme nota de rodapé das páginas 14 e 15.

ternacionais configurados em suas convulsões político-sociais, conflitos étnicos, distribuição desigual de renda e baixa oferta de trabalho, geradas pela política do capital internacional. Afirma que as migrações redirecionadas pelo processo de globalização, hoje, voltam-se para as regiões nas quais os fluxos do capital estão a mostrar sua força, gerando mercado de trabalho. Partindo da análise conceitual de globalização e soberania, define que as migrações internacionais são reguladas, ainda, pelos Estados-nação receptores que se ancoram na ideologia neoliberal e obedecem ao princípio econômico de livre oferta da força individual do trabalho ao mesmo tempo em que impedem o livre trânsito internacional dessa força de trabalho. Prevalece assim, soberania como direito e poder discriminatório do Estado sobre a pessoa, em detrimento de necessidades sociais ou coletivas.

“Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social” é o quarto capítulo. Nele, Pedro Hespanha reflete sobre o futuro das sociedades, faz um estudo detalhado da globalização e do risco social através da confrontação entre estudos derivados das teorias sociais e da realidade operacionalizada pelo capital num mundo globalizado. Partindo dessa confrontação, argumenta que o fenômeno da globalização provoca desemprego estrutural, desvinculação do capital do Estado que o produz, mundialização da produção e das forças produtivas, crescimento da economia informal, decadência da cultura operária e perda dos direitos sociais, outrora adquiridos pelos trabalhadores em alguns países. Pontua por fim, que a economia mundial pauta-se na desregulação das economias nacionais e na minimização da intervenção direta do Estado, disciplinada pelas organizações reguladoras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Disciplinamento usado como justificativa para a falta de políticas públicas sociais que propiciem as garantias mínimas aos seus cidadãos e, quando as garantem, coisificam-se os direitos sociais, por um preço muito alto (o da não resistência),

para os países mais pobres que não têm como se proteger das amarras do comércio mundial.

Graça Carapinheiro, no quinto capítulo: *“A globalização do risco social”*, constata que o risco social assume o caráter de construção social coletiva incidindo sobre a existência humana. Assinala que o processo de globalização o intensificou, aumentando as incertezas do futuro e provocando desigualdades e exclusões sociais, ao mesmo tempo em que promove a desqualificação do Estado-nação para gerir políticas sociais que minimizem os efeitos de sua política econômica global. A autora verifica que na sociedade portuguesa as garantias atuais de bem-estar social foram modificadas pelas políticas globais que redirecionam os processos de construção e reconstrução de identidades sociais locais. Conclui que os modos de produção da globalização são promotores de riscos sociais, muitas vezes usados como regime de poder atrelado ao capital financeiro global e a Estados-nação capazes de delimitar a localização do capital transnacional em seus territórios, mas incapazes de gerenciar políticas sociais locais que garantam os direitos sociais de seus cidadãos.

José Manuel Pureza, no capítulo 6, *“Para um internacionalismo pós-vestefaliano”*, revisa o papel do Estado e do princípio da comunidade. Para isso, analisa o internacionalismo solidário pós-vestefaliano visualizando que a consciência da realidade é necessária para que não se deixe de ver que a base do capitalismo, mesmo globalizado, é o neoliberalismo pautado na combinação: economia e mercado produtivo, em escala mundial. Sinaliza que a desterritorialização e a perda de poder pelo Estado fez com que ele buscasse novas formas de organização para sustentar-se perante a globalização hegemônica. Pontua que uma das formas encontradas pelo Estado foi à legitimação de movimentos sociais, antes defendidos e definidos pelo chamado Terceiro Setor e ignorados pelo Estado que contraditoriamente acreditava que esses movimentos contrabalançavam os interesses internacionais e a sua própria soberania. Esclarece que o papel do Estado sofreu alterações com a globalização do sistema e gerou crises de legitimações

tanto do Estado quanto dos movimentos sociais. E que essas mudanças vêm provocando o surgimento de novos movimentos sociais em defesa da cidadania e de um novo internacionalismo solidário.

No capítulo 7, “*Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re) pensar o direito das relações laborais*”, Antônio Casimiro Ferreira discute a crise do direito do trabalho e dos trabalhadores e o direito das relações laborais a partir da concepção do trabalho como relação social que se configura na atividade coletiva com direitos e deveres sociais em constante processo de transformação por estar atrelada ao avanço, socioeconômico e tecnológico, da sociedade. Necessita, assim, que reconheçam sua utilidade social para garantia da cidadania dos trabalhadores. Verifica que Estado, trabalho e capital, historicamente, vêm mudando suas formas de relações, caracterizadas pela falta de efetividade das normas laborais, tendo em vista que estas se atualizam de acordo com as necessidades do capital e não do Estado ou do trabalhador, hoje capitaneadas pelo mercado e pelo bloqueamento das lutas dos trabalhadores. Considera que, apesar de a transformação do direito das relações laborais ser complexo, é possível pensar esse direito, pautando-se na idéia democrática de trabalho e de trabalho decente em escala global, assegurando-se a representação coletiva através de normas que regulem as relações laborais.

“*Teoria, crítica, cultura, ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização*”, é o capítulo 8, de João Arriscado Nunes, que discute a teoria em sua forma crítica e moderna, demonstrando, inicialmente, que o termo teoria, etimologicamente, pode nos levar à compreensão de que ele tem algo a ver com olhar, com uma relação entre o conhecimento e a visão, com o estético e o cognitivo, possibilitando uma análise histórica da realidade e da construção social e cultural. Reconhece que no contexto pós-moderno está difícil a construção de uma teoria crítica, pois as diferentes formas de globalização empreenderam diferentes formas de explicação da realidade. Afirma que é possível construí-la a partir de condições e li-

mites da produção do conhecimento constituindo-a como um espaço de representação dialógica no qual se reconheça a importância do multiculturalismo e a indissociabilidade do cognitivo do estético e do moral, comprometida com a mudança social e com a quebra daqueles paradigmas científicos e tecnológicos tradicionais.

Maria Eduarda Gonçalves, no capítulo 9, “*Europeização e direitos dos cidadãos*”, considera que a sociedade contemporânea é marcada pelo uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. Faz reflexões sobre os direitos dos cidadãos no processo de europeização, tendo o que ocorre em Portugal como ponto de referência para suas análises sobre o conteúdo e o sentido dos direitos dos cidadãos. Acredita que é necessário haver um equilíbrio na sociedade da informação entre mercado e cidadania. Entende que apesar da mobilização social, em Portugal, a mercadorização se sobrepõe às práticas culturais e às políticas ambientais, embora reconheça que venham ocorrendo algumas mudanças efetivas em termos de conscientização dos riscos ambientais por força do movimento social, que busca formas avançadas de exercício da cidadania.

No capítulo 10, “*Cartografando a transnacionalização do campo educativo: o caso português*”, os autores Luíza Cortesão e Stephen R. Stoer constroem suas análises utilizando-se de uma grelha para mapear os fenômenos complexos da transnacionalização do campo educativo. Verificam que em Portugal a transnacionalização de políticas educativas evidenciam a existência de localismos globalizados e globalismos localizados no campo educativo. Destacam nos resultados os diferentes tipos de transnacionalização do campo educativo, dentre eles as políticas educativas, a mercadorização da educação, as políticas educativas de integração regional, a educação de migrantes e grupos minoritários, educação de grupos transnacionais, educação cosmopolita e questões universais de educação. A análise aponta para os efeitos da globalização no campo educativo.

No capítulo 11, “*A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cul-*

tural", os autores Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva enfatizam a importância da cultura como representação da criação e transmissão da realidade e nos propõe uma reflexão sobre os significados das práticas culturais nas cidades, seus espaços e a pluralidade cultural nelas existentes. Mostram os riscos e os problemas existentes na produção e circulação da cultura transformada em bens de consumo. Convidam a construir a nossa própria arte como via de qualidade de vida nas cidades contemporâneas.

"*A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira*", capítulo 12, de autoria de António Sousa Ribeiro, parte do conceito de fronteira como "limite" para suas reflexões sobre a cultura em tempos de globalização e nos encaminha na busca analítica da atividade estética como patrimônio multicultural e polissêmico, no qual o outro a nós se iguala sem perder suas diferenças, sem deixar de ser uno, sendo heterogêneo. Encaminha o leitor para uma deambulação sobre a ética e a política numa visão dialógica da cultura, ultrapassando as barreiras fronteiriças que impedem a valorização do outro e o desqualifica como ser social.

No capítulo 13, "*O desafio das identidades*", José Manuel Mendes propõe uma nova concepção dinâmica da identidade para um mundo globalizado. Reconfigura o conceito de identidade a partir de uma construção narrativa na qual a subjetividade, cujo alicerce se encontra nos contextos sociais, seja corporificada de forma descentralizada e múltipla: num espaço onde as interações possam ocorrer como memórias das representações da realidade sociocultural e das diferenças nela existentes. Responde ao desafio proposto, valendo-se, na argumentação, das palavras de Foucault, Griffiths, entre outros.

"*A sogra de Rute ou intersexualidades*" é o capítulo 14. Nele, Maria Irene Ramalho, de forma quase poética, conduz uma análise dos processos identificatórios da sexualidade numa trajetória sociocultural. Mostra que a identidade sexual é construída socialmente e a ela se incorpora as relações de poder existentes na cultura e na tradição. Propõe uma releitura da representação social da identidade sexual

para que ela seja vista de forma emancipatória, chamando a atenção para a estrutura binária da cultura ocidental.

A leitura de "*A Globalização e as Ciências Sociais*" vai além do proposto pelo organizador no prefácio à edição brasileira, por conduzir o leitor a fazer articulações reais com o momento sócio-econômico atual, trazendo suas preocupações para que possam ser feitas comparações com questões concernentes ao Brasil, tais como: risco social, educação, trabalho, políticas sociais, espaço cultural e identidades, trazem no todo contribuições significativas, não só para os cientistas sociais, educadores e pós-graduandos de todas as áreas, mas também para aqueles que se interessam pela construção de uma sociedade humanizada e um conhecimento prudente. Ampliar esta resenha seria retirar do leitor o prazer de novas interpretações como caminhante social.